

POLÍTICAS PÚBLICAS E INTENCIONALIDADE:

as ausências do Estado frente à questão das favelas em São Paulo (1940 – 1973)

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

LAU, Mateus de Rubim Cheuk

Graduando; FAUUSP

mateuslau@usp.br

CASTRO, Ana Claudia Scaglione Veiga de

Professora doutora; FAUUSP

anacvcastro@usp.br

1 INTRODUÇÃO

Durante a primeira metade do século XX, o processo de urbanização brasileiro, impulsionado por um crescente desenvolvimento econômico e pela industrialização do país, implicou no surgimento de formas de habitação precárias para a classe trabalhadora urbana, como as favelas. Esse fenômeno, observável em cidades como o Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte (SANTOS, 1982), tem sido amplamente discutido desde a sua origem (VALLADARES e MEDEIROS, 2003 apud PAULINO, 2007)¹.

Em São Paulo, entretanto, as discussões sobre habitação popular do período pareciam embrionárias, e mesmo os estudos realizados nesse sentido ainda não apontavam explicitamente

¹ Como demonstrado por movimentos como a “Liga social contra os mocambos”, em Recife (LIRA, 1994), e a Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2012). Na metrópole carioca, o debate levaria à realização de um censo de favelas entre 1947 e 1948, e na década de 1960 resultou na experiência pioneira de urbanização em Brás de Pina (SANTOS, 1981).

PENSAR FORA DO EIXO

a existência de favelas². Somente em 1973 foi realizado pela Prefeitura o primeiro Cadastro Geral de Favelas, de forma concomitante às primeiras menções mais consistentes das favelas no âmbito acadêmico. O próprio Censo Demográfico do IBGE, que desde 1950 já considerava “favela” enquanto categoria de habitação, só passou a incluir dados para tais núcleos em São Paulo a partir de 1980 (TASCHNER, 2001). Desde então, tem se consolidado a ideia de que as favelas paulistanas surgiram, de forma mais significativa, a partir da década de 1970 (TASCHNER, 2001; PAULINO, 2007), implicando no apagamento dos núcleos anteriores (FLOCK, 2021).

Porém, alguns documentos indicam a existência de diversas favelas em São Paulo a partir da década de 1940, bem como a atuação do poder público nesses locais, ainda que frequentemente contraditória e inconstante. O livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, foi publicado em 1960 e causou grande repercussão ao relatar o cotidiano na favela do Canindé, que viria a ser “desfavelada” pela Divisão de Serviço Social (DSS) da Prefeitura no ano seguinte. Essa intervenção foi documentada em um relatório redigido pela assistente social Iracy Junqueira (SÃO PAULO, 1962), e, juntamente com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Marta Godinho, publicado em 1955, que trata da sua experiência atuando como estagiária da Comissão de Assistência Social do Município (CASMU) em quatro favelas da cidade, representa uma evidência sólida da presença municipal nas favelas paulistanas.

Além disso, trabalhos recentes também têm se debruçado sobre a história das favelas em São Paulo, a exemplo da pesquisa de iniciação científica de Júlia Flock (2021), “Memórias do apagamento: as primeiras favelas paulistanas na modernização da cidade (1940-1970)”, que mapeou quase cem núcleos de favelas entre 1940 e 1970 a partir de menções na imprensa da época, e cujo levantamento também indica diversas interações entre o poder público municipal e as favelas (Figura 1).

² Ainda na década de 1940, foram conduzidos dois importantes estudos sobre as condições de habitação em São Paulo: “Habitações de São Paulo: estudo comparativo” (1941), por Donald Pierson, e “Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo” (1947), pelo padre Lebrecht. Ver CASTRO, 2024.

Figura 1. “O prefeito na favela”.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, *Diário da Noite*, 26/02/1946, p.25.

Diante desse panorama, a pesquisa que dá origem a esse texto busca investigar os processos de surgimento e consolidação desses núcleos sob a ótica da atuação municipal, bem como os processos políticos e institucionais que culminaram na realização do Cadastro Geral de Favelas em 1973³.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve início pela revisão da literatura, buscando-se elementos para a compreensão das primeiras favelas (e seu lugar nos discursos) na bibliografia acerca do desenvolvimento urbano da metrópole paulistana, como, por exemplo, Bueno (2000), Lara (2012), Niemeyer (1979), Paulino (2007), Rodrigues (1981) e Taschner (2001). Essas obras permitiram estabelecer alguns pontos de partida, que auxiliaram a leitura dos documentos, como se verá.

Procedemos, em seguida, a um levantamento e sistematização de fontes primárias sobre as favelas de São Paulo, passando por documentos produzidos por assistentes sociais, como Godinho (1955) e Junqueira (1961), além de documentos produzidos pelo Estado, pesquisados em acervos como o Arquivo Público do Município de São Paulo (ARQUIP) e as bibliotecas da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bem como atas da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Esse material permitiu

³ “Políticas públicas e intencionalidade: as ausências do Estado frente à questão das favelas em São Paulo (1940-1973)”, processo FAPESP nº 2025/04670-8.

PENSAR FORA DO EIXO

compreender o papel central assumido pelas assistentes sociais na constituição da questão das favelas - tornando-se talvez as primeiras agentes públicas, vinculadas à Prefeitura, a se aproximarem das favelas e debatê-las.

Isso nos levou também a buscar documentos produzidos por agentes relacionados às discussões sobre habitação em São Paulo em meados do século XX, a exemplo da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) - depositados nas bibliotecas das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo e de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FAUUSP e FFLCH/USP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Com isso, verificamos que houve um primeiro levantamento de favelas em 1956, mencionado por Rodrigues (1981), e presente no estudo “Estrutura urbana da aglomeração paulistana: estruturas atuais e estruturas racionais”, da SAGMACS, cujos materiais não foram localizados completamente, mas que demonstra uma identificação da favela enquanto “problema” urbano muito anterior ao seu reconhecimento pela bibliografia.

Finalmente, é importante notar que a pesquisa de Flock (2021), que sistematizou as menções às favelas nos jornais de São Paulo entre 1940 e 1969, produzindo tabelas descrevendo nomes, datas, personagens e palavras-chave utilizadas para descrever as favelas, tem sido também uma fonte importante, permitindo a realização de um cruzamento de informações com os demais acervos pesquisados.

3 RESULTADOS PRELIMINARES

Embora ainda em andamento, as investigações realizadas até o momento no âmbito desta pesquisa permitiram reafirmar a interação entre o poder público e as favelas paulistanas por décadas antes da realização do Cadastro Geral entre 1972 e 1973.

3.1 Revisão bibliográfica

A análise da bibliografia foi um importante ponto de partida para a pesquisa, permitindo uma primeira compreensão da questão e levando a uma periodização, ainda que inicial, das discussões e iniciativas em relação às favelas.

PENSAR FORA DO EIXO

Assim, a década de 1960 aparece como um período de inflexão⁴, à medida em que o desfavelamento do Canindé, em 1961, tratado como um sucesso, parece ter mobilizado setores da administração municipal (SÃO PAULO, 1962) e da sociedade civil no sentido de ampliar as ações de desfavelamento - é nesse contexto, por exemplo, que surge o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), que atuaria ao lado da Prefeitura em outras favelas (CASTRO e JANOTI, 2025). Bueno (2000) assinala que um dos objetivos da Companhia de Habitação (COHAB) municipal, criada em 1965, era a de produzir casas para moradores de favelas. Já em 1966, a Prefeitura teria consolidado pela primeira vez as ações relacionadas às favelas na Divisão de Serviço Social da Secretaria de Bem Estar Social (RODRIGUES, 1981).

Com as mudanças políticas e administrativas provocadas pelo Golpe Militar de 1964, e o fim de diversos movimentos sociais, o cenário mudaria, e o Cadastro Geral de Favelas somente seria realizado uma década depois, entre 1972 e 1973, como apontado por Rodrigues (1981), e publicado no boletim “Estudo sobre o fenômeno favela no município de São Paulo”. A lacuna entre os “desfavelamentos” e os movimentos institucionais observados na década de 1960 ainda deve ser melhor analisada, porém, a partir da pesquisa nos acervos municipais, como será exposto, tem sido possível compreender melhor as ações da Prefeitura em relação às favelas anteriormente ao Cadastro.

Rodrigues (1981) traz importantes dados coletados pelo levantamento original, bem como dados anteriores, obtidos pelo estudo “Estrutura urbana da aglomeração paulistana”, da SAGMACS, em 1957, que foi elaborado em 1957 pela SAGMACS e pela Comissão de Pesquisa Urbana da Prefeitura de São Paulo, por solicitação do município⁵.

O estudo não se debruçou especificamente sobre a questão das favelas, mas menciona a existência do fenômeno, de forma pioneira, e permitiu uma primeira quantificação – 42.250 moradores em 141 núcleos (RODRIGUES, 1981) –, fazendo com que o poder público tomasse conhecimento da questão não mais de forma pontual, como aparecia nos jornais, mas como um fenômeno presente na cidade⁶. Ainda, ao criticar a política de habitação paulistana e propor uma

⁴ Nesse período, a relevância obtida pelo tema parece ter motivado também a criação de duas comissões a nível estadual: a Comissão Estadual de Desfavelamento, que envolvia as secretarias estaduais de Planejamento e de Assistência Social, em 1965, e uma Comissão Especial criada em 1967 na Alesp.

⁵ Em sua dissertação de mestrado “Urbanismo e Humanismo: a SAGMACS e o estudo da ‘Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana’”, Cestaro (2009) contextualiza e explora o estudo aqui citado.

⁶ O padre Lebrete e o engenheiro Mário Mendonça Laranjeira compareceram, a convite, à Câmara dos Vereadores em 11/03/1958 para comentar os resultados do estudo.

nova estratégia para promover, efetivamente, a construção de casas populares, a equipe da SAGMACS afirmou que as favelas deveriam ser enfrentadas de maneira abrangente e multidisciplinar. Ao mesmo tempo, o estudo ainda não as reconhecia como uma questão urgente, quando comparada à situação observada em outros centros urbanos brasileiros.

Quase uma década depois, em 1966, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), publicou um volume chamado “Estudos sobre favelas na cidade de São Paulo”, revisando os dados levantados pela SAGMACS e atualizando-os, revelando 22.985 moradores nas favelas da cidade, como citado por Rodrigues (1981). A publicação ainda não foi encontrada, mas revela um interesse renovado em relação às favelas de São Paulo, reforçando o argumento de que as favelas seguiam crescendo e evidenciando-se na paisagem urbana.

3.2 Revisão do levantamento na imprensa

A revisão dos registros acerca das favelas na imprensa, sistematizados por Júlia Flock (2021), revelou a existência de diversos momentos de contato entre a Prefeitura e as favelas, ora objetivando melhorias pontuais ou a construção de casas, ora efetuando ações de despejo. Os registros foram filtrados a partir das palavras-chave “despejo”, “prefeitura”/“prefeito” e “urbanização”.

Com isso, foi possível identificar algumas propostas isoladas para “resolver o problema das favelas”, que não haviam sido mencionadas na bibliografia pesquisada. Em 1947, durante a administração de Paulo Lauro (1947-1948), foi anunciada a intenção de construir cerca de 300 casas para moradores despejados de favelas, e no ano seguinte, o mesmo prefeito visitou a favela da Casa Verde e anunciou estudos para o enfrentamento da questão. Já em 1950, é noticiado um “vasto plano para extinção das favelas” através da construção de moradias, e é aprovado o projeto de lei nº 348/1948, que previa a construção de 25 conjuntos habitacionais a serem destinados aos moradores de favelas. Após isso, em 1955, na administração de Lino de Matos (1955-1956), foi anunciada a elaboração de um “plano de guerra” às favelas. Ainda é mencionado, em 1968, um levantamento realizado pelo Departamento de Estatística da Secretaria do Planejamento, elaborado a fim de auxiliar as organizações civis que atuavam nas favelas.

3.3 Levantamento de registros na Câmara de Vereadores

Assim como a pesquisa nos registros de imprensa, a busca nas bases de dados *on-line* da Alesp e da CMSP objetiva compreender se e como a discussão era colocada nas instâncias do

PENSAR FORA DO EIXO

poder público. No caso da CMSP, a análise dos dados, que compreendem 369 sessões plenárias, ainda se encontra em andamento. Até o momento, foram encontrados dois projetos de lei estaduais e oito projetos de lei municipais⁷, e mais de 300 menções ao termo “favela” na Câmara entre os anos de 1948 e 1958, entre discursos, indicações e requerimentos.

Nesse sentido, encontramos menções a favelas controladas pela Prefeitura⁸, e ainda é mencionada a existência de uma “lista de espera” para alocação nas favelas existentes em terrenos da municipalidade⁹. A situação da favela da Lapa e a sua realocação repentina para um terreno municipal no Piqueri também foi discutida¹⁰, e em 1950 o núcleo foi visitado pelo prefeito Lineu Prestes¹¹. Já em relação às demais favelas, os vereadores detinham-se na discussão de questões sanitárias ou morais, frequentemente condenando a negligência do Estado frente à “insalubridade” e à “promiscuidade” observada nesses locais, e ocasionalmente solicitando despejos, como no caso da favela Vieira de Carvalho¹².

Os projetos de lei objetivavam, em sua maioria, a construção de casas populares - em 1950, como já observado nos registros de imprensa, foi proposta e aprovada a construção de 25 conjuntos de 20 casas para os moradores despejados das favelas da cidade, seguindo projetos já elaborados pela Secretaria de Obras¹³. Em 1959, foi proposta a construção de uma “Cidade dos Favelados” em Carapicuíba¹⁴, e em 1965, um projeto de lei que propunha a criação de uma Superintendência Municipal de Desfavelamento identificou a situação das favelas paulistanas como decorrente de “diretrizes errôneas” adotadas para o enfrentamento da questão¹⁵.

3.4 Levantamento nos acervos municipais

⁷ Projetos de nº 1565/1957, 1766/1959 e 1029/1960 a nível estadual, e de nº 348/1948, 687/1950, 51/1959, 129/1960, 366/1960, 172/1961 e 377/1965 a nível municipal.

⁸ Em 12/03/1948, o vereador José Cyrillo mencionou a cobrança de aluguéis pela Prefeitura na favela Vila Nossa Senhora da Conceição. Já em 17/12/1948, é mencionada por Jarbas Tupinambá a cobrança de aluguéis pelas baias do Hipódromo da Mooca, e a “favela da Prefeitura” na Mooca ainda seria mencionada novamente por Roberto Grassi e Jânio Quadros em diversas ocasiões.

⁹ Mencionada por Jânio Quadros em discurso na 35ª Sessão Extraordinária, no dia 28/06/1949.

¹⁰ Discutidas pelos vereadores José de Moura, em 29/08/1951, e Ermano Marchetti, em 08/06/1955. O caso da Lapa foi estudado por Flock (2024).

¹¹ Mencionada por Cunha Mattos em discurso na 275ª Sessão Ordinária, no dia 03/05/1950.

¹² A favela Vieira de Carvalho seria, em 1948, incendiada - enquanto ainda ocupada - por funcionários da Prefeitura. Ver FLOCK, 2021.

¹³ Projeto de lei nº 348/1948. (Município)

¹⁴ Projeto de lei nº 51/1959. (Município)

¹⁵ Projeto de lei nº 377/1965. (Município)

PENSAR FORA DO EIXO

A pesquisa nos acervos municipais deu-se através de dois arquivos principais - a biblioteca do Centro do Conhecimento da Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (CECOAS/SMADS) e o Arquivo Público Municipal Jornalista Paulo Roberto Dutra (ARQUIP).

Na biblioteca da SMADS, escolhida devido ao papel central desempenhado pela assistência social durante os primeiros anos da atuação municipal nas favelas através de órgãos como a CASMU, a DSS e a SEBES, encontramos diversos relatórios e documentos internos que revelaram diversas ações de desfavelamento realizadas pela SEBES a partir do ano de 1968, devido à necessidade de liberação de terras para a realização de obras viárias, principalmente em áreas de várzea¹⁶. Nesse sentido, os relatórios revelam a escassez de verbas e de tempo para a realização de intervenções adequadas, e, como consequência, foi possível constatar a produção de alguns documentos que buscavam avaliar a viabilidade ou propor alternativas para a produção habitacional para a população das favelas, através de cooperação com o BNH e com a Cohab ou de um programa de mutirões por ajuda mútua em terrenos de posse dos moradores¹⁷. Eventualmente, as intervenções nas favelas culminaram na elaboração da política das Vilas de Habitação Provisória (VHPs), baseadas na ideia de reeducação e orientação dos moradores das favelas, vistos pela Prefeitura como migrantes rurais desajustados à vida urbana¹⁸.

Ainda, foram encontrados textos sobre a questão da favela, apresentados em seminários internos e externos¹⁹, bem como uma proposta de curso conjunto na pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)²⁰, demonstrando iniciativas de difusão do conhecimento e debates sobre a favela paulistana. Também encontramos dois documentos anteriores a esse período - um levantamento realizado pela Prefeitura nas favelas do Oratório, Guaicurus e do Ibirapuera, em 1950²¹, que já havia sido citado por Taschner (2001), e uma

¹⁶ Ver SÃO PAULO, 1969a.

¹⁷ Ver SÃO PAULO, 1969b, SÃO PAULO, 1970 e SÃO PAULO, 1972.

¹⁸ O projeto das VHPs foi delineado no documento "Projeto de desfavelamento" (1971), publicado pela Secretaria de Bem Estar Social. A antropóloga Ana Maria Niemeyer (1979) reflete sobre as favelas paulistanas a partir de sua experiência como estagiária em uma favela que seria removida para uma VHP.

¹⁹ Ver SÃO PAULO, 1971b e GODINHO, 1970.

²⁰ Identificada através de uma série de memorandos trocados entre a FAUUSP, a SEBES e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) da USP.

²¹ Ver SÃO PAULO, 1950.

proposta de plano para a ação sobre as favelas²², remetida ao secretário Paulo Soares Cintra em 1966, mas que não foi desenvolvida.

Já no ARQUIP, que armazena os processos arquivados do município, foi possível identificar aspectos mais burocráticos do processo de desfavelamento já no início da década de 1970, envolvendo a contratação de técnicos, licitações para a compra de materiais e construção das unidades habitacionais das VHPs, registros de auxílios concedidos a moradores de favelas - com fichas contendo informações pessoais dos beneficiários - bem como estudos e diálogos com outras secretarias para definir os locais de implantação do programa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações levantadas até o momento, foi possível identificar instâncias de contato entre o poder público e as favelas da cidade de São Paulo desde a década de 1940, comprovando um interesse do Estado, anterior ao Cadastro, em compreender, se não especificamente o fenômeno das favelas, a dinâmica urbana da metrópole paulistana, o que inevitavelmente implicou em compreender os espaços de habitação e circulação das camadas mais pobres da cidade.

Ainda, os discursos e projetos apresentados nas instâncias legislativas, bem como os documentos pesquisados nos acervos municipais, associados a indícios encontrados em outras fontes, como o estudo da SAGMACS, têm levado a um panorama mais compreensivo das ações estatais e dos debates sobre as favelas que culminaram na realização do Cadastro Geral de Favelas a partir de 1972, e das suas consequências para a conformação dessas áreas como parte integrante da paisagem urbana paulistana. Compreende-se, com isso, a sua elaboração como parte de um movimento anterior de interesse e sistematização dos trabalhos realizados nas várias instâncias municipais, notando-se que a década de 1960 representou um importante ponto de inflexão em relação à política do município para as favelas, implicando, a partir do desenvolvimento de uma estrutura administrativa mais robusta para a assistência social e do contato constante com as favelas, na elaboração de estudos e políticas mais sistemáticas para esses espaços.

²² Ver SÃO PAULO, 1966.

PENSAR FORA DO EIXO

REFERÊNCIAS

BARONE, Ana. "Periferia como questão: São Paulo na década de 1970". **Revista Pós FAUUSP**, São Paulo: FAUUSP, vol. 20, n. 33, 2013, pp. 64-85.

BUENO, Laura. **Projeto e Favela**: metodologia para projetos de urbanização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

CASTRO, Ana. "As pesquisas sobre habitação de Pierson e Lebrete e o (não) lugar das favelas em São Paulo nos anos 1940". **Anais do XVIII SHCU - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal: UFRN, 2024.

_____; JANOTI, Victória. "O Movimento Universitário de Desfavelamento: contribuições para a história da urbanização de favelas em São Paulo (1961-1967)". **O Social em Questão**, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 64, jan.-abr. 2025, pp. 181 - 212.

CESTARO, Lucas. **Urbanismo e Humanismo**: a SAGMACS e o estudo da "Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana". Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2009.

DE OLIVEIRA, Samuel. "A Cruzada São Sebastião e a política de favelas no Rio de Janeiro". **Anais do XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG**, Mariana, 2012.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento**: São Paulo, 1947-1972. São Paulo: Edusp, 2005.

FLOCK, Júlia. **Memórias do apagamento**: as primeiras favelas paulistanas (1940-1960). Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica – Fapesp/FAUUSP. São Paulo, 2021.

_____. **O mundo inteiro não vale o meu lar**. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

GODINHO, Marta. **O Serviço Social nas favelas**. Trabalho de Conclusão de Curso em Assistência Social – Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1955.

GODINHO, Marta. **Aspectos Sociais da Habitação**. São Paulo, 1970.

JUNQUEIRA, Helena. **Desfavelamento do Canindé**. São Paulo: PMSP/Divisão de Serviço Social, 1962.

LARA, Fernão. **Modernização e desenvolvimentismo**: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PENSAR FORA DO EIXO

MORSE, Richard. **De comunidade a metrópole**: Biografia de São Paulo. São Paulo: Coleção IV Centenário, 1954. Republicado como Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole). São Paulo: Difel, 1970.

MUD. **Desfavelamento do Vergueiro**: Relatório do trabalho na favela Vergueiro. São Paulo, 1963.

NIEMEYER, Ana. "Favelas: "iguais, desiguais". **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 22, dez. 1979, p. 113-131.

PAULINO, Jorge. **O Pensamento Sobre a Favela em São Paulo**: uma história concisa das favelas paulistanas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Arlete. **Processo Migratório e Situação de Trabalho da População Favelada de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

ROSA, Thaís. "Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias". **33º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 2009.

SAGMACS. **Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana**: estruturas atuais e estruturas racionais. São Paulo, 1958.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982

SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. **Requerimento nº 574**, de 31 de maio de 1967. São Paulo, 1967.

SÃO PAULO (CIDADE). Divisão de Estatística e Documentação Social. **Favelas de São Paulo**: Oratório, Ibirapuera, Guaicurus. São Paulo, 1950.

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **O problema das favelas**: plano global de assistência social e de desenvolvimento urbano para a capital de São Paulo, entrosado com campanha nacional para promover o ressurgimento econômico do país. São Paulo, 1966.

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **Relatório final de favelas**. São Paulo, 1969a.

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **Projeto experimental de um programa de construção de casas sob o regime de ajuda mútua**. São Paulo, 1969b.

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **Convênio SEBES-COHAB-SP para desenvolvimento de programas promocionais nos Conjuntos Habitacionais**. São Paulo, 1970.

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **Projeto de desfavelamento**. São Paulo, 1971a.

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **Conclusões do seminário interno de estudos de habitação**. São Paulo, 1971b.

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **Colaboração possível do BNH a programas propostos pelo Departamento de Habitação e Trabalho**. São Paulo, 1972a.



PENSAR FORA DO EIXO

_____. Secretaria do Bem Estar Social. **Estudo sobre o fenômeno favela no Município de São Paulo**. Boletim nº 1, ano 1. São Paulo, 1974.

TASCHNER, Suzana. "Favelas em São Paulo, censos, consensos e contra-sensos". **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 5, 2001, pp. 9 - 27.